

ATA DA 352ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA
Realizada em 09 de julho de 2018

Aos nove dias do mês de julho de dois mil e dezoito, às treze horas, teve início a trecentésima quinquagésima segunda Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – **CEDCA - PE**, na sua sede, localizada na Rua das Ninfas, 65, Boa Vista, Recife, PE. Registra-se a presença dos seguintes conselheiros: **Arnaldo** Garcia de Alencar **Sampaio**, titular da Associação de Caratê *Goju-Ryu* de Pernambuco; Roberto Franca Filho, titular do Gabinete do Governador; Reidja Farias Santos, suplente da Secretaria de Desenvolvimento Social- **SDS**; Eduardo Gomes de Figueiredo, titular da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - **SJDH**; Mallon Francisco Felipe R. de Aragão e Tarciana S. Castelo Branco, titular e suplente da Associação de Desenvolvimento e Ação Social de Itaquitinga – **ADASE**; Carmem Lúcia Galvão e Maria José Galvão Guedes de Oliveira, titular e suplente da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude – **SDSCJ**; Nelino José Azevedo, titular da Secretaria Estadual de Educação - **SEE**; Deila Nascimento Martins e Romero José da Silva, titular e suplente do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – **GAJOP**; Natuch Pinto de Lira, suplente do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – **CENDHEC**; Maria José Rodrigues, titular da Secretaria de Planejamento e Gestão – **SEPLAG**; Maria de Lourdes de Andrade V. Vinokur, titular do Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor – **CEDAPP/Pesqueira – PE**; Hemi Monique Vilas Bôas de Andrade, Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco – **CIEE/PE**. Registra-se a presença da equipe técnica do **CEDCA/PE**: Rosa Barros, Ana Leão, Kalline Gabrielle da Silva, Sheila Marques, Jacqueline Bezerra, Evanilson Alves de Sá, Ermínia D'Oliveira, Geraldo Roberto de Souza, Irani do Carmo Silva, Gicélia Souza e Ana Elizabeth Harle de Castro. Registra-se também a presença de Ademir de Oliveira, PCPE/DPCA; Fernando Bezerra Mariano, Conselho Tutelar de Igarassu; Silvino Neto, Fórum-DCA; Maria Betânia de Barros, Niédja Rosilda da Cunha Lima e Danielle Martins, Conselho Tutelar de Vitória de Santo Antão – PE; Thais Moreira Bauer e Edna Jatobá, GAJOP; Luiz Perdeno, Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas. Iniciando os trabalhos, após verificar o *quórum*, o Presidente do Conselho, Arnaldo Sampaio, procedeu a leitura da pauta e submeteu ao regime de votação a ata da Assembleia Ordinária 151ª, sendo aprovadas sem ressalvas. Passando-se à apresentação da **Câmara Temática de Planejamento Orçamento e Finanças** encaminhou-se o seguinte: aprovação do relatório financeiro do mês de junho; com relação as taxas cobradas pelo Banco do Brasil, estabelecer diálogo com a Caixa Econômica Federal, solicitar informações sobre a cobrança de taxas e abrir negociação com o Banco do Brasil, ficando responsável pelo contato os conselheiros Arnaldo Sampaio e Eduardo Figueiredo; com relação a falta de combustível, marcar reunião conjunta das câmaras de planejamento, orçamento e finanças com as Coordenações Administrativa e Financeiro, para o dia 20/07/18 às 9h; a Coordenação Administrativa e Financeiro elaborar justificativa solicitando suplementação da cota de combustível, os encaminhamentos foram aprovados por unanimidade. **Câmara Temática de Comunicação e Articulação**, Plano Estadual Decenal de Direitos Humanos de Criança e Adolescente – PEDDHCA/PE, propõe realização de reunião, no 01/08/18, com a presença de representante do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente – CONANDA; convidar para reunião conselheiros estaduais e representantes das secretarias de estado que tenham interfaces com execução do plano; comemoração dos 28 anos do ECA, dentro do evento a ser realizado nos dias 09 e 10 de agosto em Moreno-PE; a assessoria de comunicação gravar vídeos curtos, com duração de até 90 minutos, com militantes na área da infância. Passando-se a **Câmara de**

Medidas Protetivas e Socioeducativas destacam-se aos seguintes encaminhamentos: solicitar da DPCA/PE informações sobre os casos de abuso sexual contra adolescentes do sexo feminino em unidades de internação, amplamente divulgados nas mídias; oficializar a FUNASE/PE e DPCA/PE, e encaminhar o ofício com cópia ao CAOP – MP/PE informando o necessário cumprimento da proporção entre agente socioeducativos do sexo feminino e masculino, conforme estabelece a legislação do SINASE; ao CEDCA/PE elaborar recomendação esclarecendo sobre as devidas proporções entre agentes socioeducativos do sexo feminino e masculino nas unidades de internação, bem como fazer constar na referida recomendação a necessidade da inclusão da temática sobre gênero na formação dos agentes socioeducativos em processo de seleção, ficando a demanda sob a responsabilidade da técnica Irani Carmo; solicitar informações à Secretaria de Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação – PE, decorrentes da avaliação do PEDAS/2016, reiterando o parecer encaminhado à Câmara Temática, de autoria da Técnica Irani Carmo, datado 04/06/18, fazendo constar o seguinte: 1. Solicitar o envio da Proposta Pedagógica e o Planejamento das atividades desenvolvidas nas unidades da FUNASE/PE; 2. Cronograma das atividades desenvolvidas; 3. Orçamento disponível em âmbito da SEMPET para realização das atividades; organizar toda documentação referente a avaliação do PEDAS, para análise, responsável Irani Carmo; processo de inscrição de programas de semiliberdade e internação: 1. Resgatar os documentos anteriores de inscrição das unidades, e encaminhar para conhecimento e análise da Câmara Temática de Medidas Protetivas e Socioeducativa; 2. Estabelecer o processo e instrumentos de inscrição de acordo com o art. 90, do ECA e art. 9º e 15 da legislação do SINASE, encaminhar para apreciação e considerações da Câmara Temática de Medidas Protetivas e Socioeducativas, para elaboração de resolução, ficando a Técnica Marcia Santos responsável por fornecer as informações à assessoria jurídica para elaboração de resolução disciplinando o expediente; proceder adequação nos instrumentais nos seguintes itens: solicitação de inscrição e verificação *in loco*, de acordo com as observações constantes no instrumental encaminhado à assembleia. Os encaminhamentos foram aprovados por unanimidade. Prosseguindo com a **Câmara Temática de Políticas Públicas**, encaminhou-se o seguinte: acatar o parecer do Departamento sociopedagógico e encaminhar ofício à UFRPE/Escola de Conselhos solicitando o complemento das informações nos termos do parecer do Sociopedagógico; acatar parecer do Departamento Sociopedagógico, solicitar parecer da Coordenação Financeira e encaminhar à UFRPE/Escola de conselhos para conhecimento e complementação do relatório; Comitê de Participação de Adolescente, ao CEDCA/PE proceder a seleção dos adolescentes para posterior integração ao cronograma a ser divulgado pelo CONANDA; relatoria da Conselheira Tarcina Castelo Branco, sugere ao CEDCA/PE realizar seleção mediante chamamento público, para tanto, solicitar apoio da UFR/PE – Escola de Conselhos, COMDICAS, Secretarias Municipais de Educação e Gerências Regionais de Educação – GRES; convocar as Secretarias Estaduais de Educação, Assistência Social, Criança e Juventude, Direitos Humanos, Saúde, representantes da administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, Câmara Temática de Políticas Públicas e Presidência do Conselho para participar de reunião, no dia 23/07/2018, para definir diretrizes para o fortalecimento de políticas públicas para o Arquipélago, com foco na garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes; solicitar informações a Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude sobre quais ações foram planejadas e executadas no Arquipélago pela referida Secretaria. A conselheira Carmem Galvão se compromete em fazer o levantamento da política de assistência. Os encaminhamentos foram aprovados por unanimidade. O pleno aprova a constituição da Comissão Eleitoral para coordenar o processo escolha das entidades da sociedade civil, ligadas à Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, ficando assim constituída: 1. Natuch Pinto Lira; 2. Hemi Monique Vilas Bôas de Andrade; 3. Irani do Carmo Silva; 4. Gicélia Domingos de Carvalho Souza; 5. Raimunda Aínisse Lucas Moreira. O presidente anuncia a presença do Delegado Ademir Oliveira –

DPCA/PCPE e convida para tomar assento à mesa para prestar alguns esclarecimentos sobre o funcionamento das delegacias especializadas. O delegado informa que, como de costume, as delegacias especializadas no atendimento a criança ou adolescente vítima de crimes praticados por adultos funcionavam em turnos ininterruptos de 24h. No momento, os plantões do período da noite e fins de semanas foram transferidos para a central de plantão da capital. Informa ainda que o estado mantém delegacias especializadas nos municípios do Recife, Paulista e Jaboatão, que atendem exclusivamente ocorrências circunscritas aos seus territórios. A SDS/PE trabalha com um planejamento de instalar 12 delegacias especializadas – 12 RPAS – que não se concretizou. Esclarece que na maior parte do estado não existem delegacias especializadas, sabendo-se que a demanda é grande, principalmente nos casos que envolvem abuso e exploração sexual. O delegado afirma que as informações contidas no ofício encaminhado pelo CONDICA/Recife são verdadeiras, após ser questionado pelo conselheiro Natuch Lira. Encaminhamentos: ao CEDCA/PE solicitar informações a Gerência de Estatística da SDS/PE dados sobre violência praticada contra criança e adolescente para subsidiar os conselheiros Natuch Lira e Deila Cavalcanti na elaboração de Nota Técnica sobre a matéria para, posteriormente, a assessoria jurídica baixar resolução advertindo sobre a necessidade do reestabelecimento do fluxo nas delegacias especializadas e a necessidade de expansão; Deila Cavalcante ficou de elaborar relatoria sobre o processo de inscrição das unidades de atendimento socioeducativo de semiliberdade e internação e apresentar no próximo pleno; técnica Irani do Carmo apresentar Nota Técnica sobre dados relativos a inscrição das unidades de atendimento socioeducativo presentes nos planos em processo de monitoramento e avaliação. Os encaminhamentos foram aprovados por unanimidade. As representantes do Conselho Tutelar de Vitória de Santo Antão – PE, denunciam posições do poder judiciário, proferidas em sentença, que demandam ações dos conselheiros tutelares que exorbitam as suas atribuições, ficando de protocolar a entrega do documento a ser apreciado na próxima assembleia. Prosseguindo, a palavra foi franqueada ao Dr. Luiz Perdenera, representante do Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas, e da Organização Mundial de Combate a Tortura – OMCT, para se pronunciar sobre dados levantados em visitas nas unidades de atendimento socioeducativo de internação, Case Santa Luzia e Case Caruaru. Em síntese, o representante das Nações Unidas afirma que o Estado de Pernambuco não cumpre o principal mandamento presente no Estatuto da Criança e do Adolescente, assente na doutrina da proteção integral, e viola flagrantemente o caráter pedagógico que deveria fundamentar ações desenvolvidas no âmbito do sistema socioeducativo. Aponta, dentre outras, as quais atribui caráter gravíssimo a situação de duas adolescentes grávidas, que se encontram submetidas a tratamentos cruéis, pondo em riscos à vida da gestante e do nascituro. Retomando a fala, o presidente entende como gravíssima a situação das adolescentes e encaminha para apreciação do pleno, oficiar a FUNASE/PE para que promova as medidas necessárias para sustar, de imediato, as situações de crueldade as quais estão submetidas as adolescentes e, com relação as demais situações narradas, o pleno deverá se pronunciar após o envio do relatório ao Conselho pela Organização Mundial de Combate à Tortura- OMCT. O encaminhamento foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o conselheiro representante do Gabinete do Governo, o secretário Roberto Franca, arremata alguns aspectos da fala do representante das Nações Unidas e tece comentários sobre algumas posições do GAJOP com relação ao atual governo, dirigindo-se pessoalmente a coordenadora da entidade Edna Jatobá, afirmando que toda incidência contundente do GAJOP na temática socioeducativa contra o governo se deve em razão da coordenadora do GAJOP ser companheira do deputado da oposição Edilson Silva, descaracterizando toda história e legitimidade técnica do GAJOP, enquanto organização da sociedade civil, na incidência e produção do conhecimento no sistema socioeducativo. Sentindo-se desrespeitada na sua condição de mulher, profissional e militante dos direitos humanos, a coordenadora do GAJOP Edna Jatobá exige do conselheiro secretário Roberto

149 Franca, que se retrate diante do pleno, retirando publicamente as palavras de cunho ofensivo, no
150 entendimento da militante Edna Jatobá, um discurso machista, misógino e sectário. Afirmando
151 ainda, que o GAJOP tem sim uma incidência contundente em tudo aquilo que diz respeito às
152 violações dos direitos humanos de qualquer pessoa e seja em que espaço for. Diante da negativa
153 de retratação por parte do conselheiro Secretário Roberto Franca, o conselheiro Mallon Aragão,
154 representante da sociedade civil, propõe, que, oportunamente, o caminho seria aplicar as
155 disposições estatutárias no que se refere a instalação do Comissão Especial de Ética, nos termos
156 dos Artigos 32 e 33, do Regimento Interno do CEDCA/PE, composta de 03 Conselheiros que
157 deverão ser eleitos secretamente em plenária, na próxima assembleia. Submetido ao regime de
158 votação o encaminhamento foi aprovado pela maioria dos conselheiros. Finalizando, o
159 Presidente agradeceu a presença e contribuição de todos e deu por encerrada a Assembleia.

160
161 **Arnaldo Garcia de Alencar Sampaio**
162 Presidente do CEDCA/PE